

Resumo

Este trabalho apresenta, de forma sucinta, uma discussão sobre a exclusão provocada pela maneira como está organizado o currículo escolar do ensino médio nos dias atuais, levando em consideração a forma de como o mesmo está definido no programa curricular das instituições escolares. As ideias aqui relatadas foram encadeadas a partir da leitura de alguns autores como Gardner (1995), Morin (2003), Diretrizes Curriculares Nacionais (2014) e da prática na educação desde a sala de aula à experiências de gestão escolar, como diretor e coordenador pedagógico, bem como dos estudos dos módulos do mestrado internacional em educação na Florida Christian University. Recorreu-se também aos apontamentos realizados no módulo de Bioética no referido curso de mestrado, que norteou de alguma forma a inquietação de escrever sobre este ponto do currículo relacionado com a ética educacional de suas proporções na realidade dos alunos. Decerto, tal trabalho não tem a finalidade de esgotar o assunto em questão, mas sim de gerar uma reflexão, a partir de algumas ideias consolidadas, sobre o impacto do modelo de organização do currículo atualmente e, até que ponto a ética perpassa por toda esta discussão.

Palavras-chave: Currículo. Escola. Ensino Médio. Ética.

Abstract: THE EXCLUSION GENERATED BY THE CURRENT CURRICULUM OF MIDDLE SCHOOL: A QUESTION OF ETHICS

This paper presents, in summary form, a discussion on the exclusion caused by the way the school is organized high school curriculum today, taking into account the shape of how it is set in the curriculum of schools. The ideas reported here were chained from the reading of other authors and practice in education from the classroom to experiences of school management as school director and coordinator, as well as studies of the modules of the international Masters degree in education from Florida Christian University. Also resorted to notes played on Bioethics module in said master course, which somehow guided the uneasiness of writing on this point related to the educational ethic proportions of the reality of the students curriculum. Of course, the same is not intended to exhaust the subject in question, but rather to generate a reflection from some consolidated ideas on the impact of the organizational model of the current curriculum and the extent to which ethics permeates the whole this discussion.

Keywords: Curriculum. School. High School. Ethics.

¹ Especialista em Gestão e Avaliação da Educação Pública – UFJF
Especialista em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania – FADIRE
Mestre em Ciências da Educação pela Florida Christian University – FCU

Resumen: LA EXCLUSIÓN GENERADA POR EL ACTUAL CURRÍCULO DE LA ENSEÑANZA MEDIO: UNA CUESTIÓN DE ÉTICA

Este trabajo representa, en cierta forma, una discusión sobre la exclusión que se provoca debido a la organización del currículo escolar de la enseñanza media actualmente, considerando la forma en la cual está definido en los programas curriculares de las instituciones educativas. Las ideas aquí desarrolladas, parten desde la lectura de diferentes autores, así como también desde la práctica educativa en las aulas hasta experiencias de gestión escolar. Dichas experiencias institucionales, comprenden actividades como director y coordinador escolar, así como de los estudios de los módulos de la maestría internacional en educación en la Florida Christian University. Se consideraron también las puntualizaciones presentes en el módulo de Bioética de dicha maestría, estos elementos propulsaron la inquietud de desarrollar la temática relacionada con la ética educativa y sus implicaciones en la realidad de los alumnos. Cabe resaltar que este último no tiene por objetivo agotar la discusión respecto a esta temática, sino que se busca reflexionar, a partir de dichas ideas, sobre el impacto que tiene el modelo de organización del currículo actual, y también indagar sobre como la ética atraviesa esta problemática.

Palabras-clave: Currículo. Escuela. Enseñanza Media. Ética.

1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno do currículo escolar do ensino médio ganham grandes proporções no cenário educacional. Afinal, o que realmente se deve ensinar aos alunos nessa faixa etária? Essa pergunta tem ecoado, ultimamente, como algo que não apresenta uma resposta tão fácil.

A indefinição já se concentra na própria denominação da etapa de ensino. O que seria mesmo um ensino médio? Algo que não é ainda o que é para ser? É, então, tipo uma passagem para outro nível? Ou se trata de um nível de ensino que, por enquanto, não se aprofunda totalmente? Há quem diga que é um aprofundamento do nível anterior. E por aí vai. Parece questionamentos ou definições que não satisfazem tanto, porque isso acontece em praticamente todas as etapas de ensino. Geralmente, estamos estudando assuntos que na etapa seguinte o aprofundamos com mais intensidade, ou na etapa anterior o vimos como pré-requisito. Mas não se detendo simplesmente a essa dimensão propedêutica do currículo, o que realmente caracteriza a formação, do assim dito, ensino médio?

Essas questões demonstram que se precisa definir

melhor, o que realmente se pretende, nessa etapa de ensino, tão importante no sistema educacional do nosso país. É claro que não se reporta aqui simplesmente a definição teórica do que se quer. Isso até se pode encontrar nas literaturas educacionais que norteiam as diretrizes do sistema de ensino. Trata-se de uma identidade assumida no papel e fora dele.

Essa etapa de ensino é muito importante para o desenvolvimento do ser humano. É um momento de descoberta dos adolescentes, movidos por várias escolhas, onde vão definindo o que realmente querem e, nessa fase, com maior propriedade são assumidas posições que acompanham o indivíduo para sempre.

Nesse cenário, o currículo do ensino médio precisa ser questionado se está realmente contemplando o mais essencial para a vida dos alunos. Não somente pensando no estudante nos limites da vida escolar, mas sim o vendo como um todo: escola, família, pessoa, espiritualidade, humano, afetividade, ética. Sem dúvida, do ponto de vista ético, o currículo deve contemplar uma dimensão que atenda a essas questões tão pertinentes à formação mais integral da pessoa humana. Não permitir tal formação é ir

contra os próprios valores éticos construídos em sociedade ao longo da história.

2. A CRISE DE IDENTIDADE DO ENSINO MÉDIO

Nos últimos anos o ensino médio passa por uma crise de identidade muito forte. As redes de ensino não conseguem definir realmente um programa curricular que contemple os anseios dos jovens em sua diversidade e complexidade atual. Mesmo as modalidades diferentes ofertadas, nessa etapa do ensino, como a educação técnico-profissional, ou o ensino regular convencional, abrange algo uma dimensão curricular que não desperta no estudante uma relação recíproca de interação e estudo. Nisso, pode se perguntar: para que realmente está se preparando o aluno desta etapa de ensino? É para a universidade? E os mais de 80% que não terão vagas, mesmo que estejam preparados? É para o mercado de trabalho?

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) defende claramente a dimensão em que se deve atuar a educação e, o ensino médio em particular, como última etapa da educação básica:

Tendo em vista que a função precípua da educação, de um modo geral, e do Ensino Médio – última etapa da Educação Básica – em particular, vai além da formação profissional, e atinge a construção da cidadania, é preciso oferecer aos nossos jovens novas

perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais. (DCNs, 2013, p. 145)

Embora as DCNs definam, nesse parágrafo, objetivamente a função da educação básica em geral e da etapa do ensino médio, na prática, o que se vê é a dificuldade de proporcionar o necessário para atendê-la. Como deixa bem claro as próprias DCNs na mesma página do texto citado anteriormente.

É nesse contexto que o Ensino Médio tem ocupado, nos últimos anos, um papel de destaque nas discussões sobre educação brasileira, pois sua estrutura, seus conteúdos, bem como suas condições atuais, estão longe de atender às necessidades dos estudantes, tanto nos aspectos da formação para a cidadania como para o mundo do trabalho. (DCNs, 2013, p. 145)

Sabe-se que a contribuição das escolas de ensino regular é importante e necessária para desenvolver no aluno o descobrir de suas aptidões profissionais e preparação para o trabalho, mas não contempla de forma suficiente esta necessidade.

Nesse sentido, algo positivo se estabelece na rede educacional ultimamente. As estatísticas mostram um crescimento favorável na modalidade do ensino técnico-profissionalizante, como se pode ver na tabela a seguir.

ANO	EEEP	MUNICÍPIO	CURSOS	MATRÍCULAS
2008	25	20	4	4.181
2009	51	39	13	11.579
2010	59	42	18	18.677
2011	77	57	43	23.370
2012	92	71	51	28.715
2013	97	74	51	35.928
2014	106	82	53	39.765
2015	111	88	52	43.280
2016	115	90	53	47.112
2017	117	91	53	49.741
Progressão 2008 a 2017 (%)	468%	455%	1.325%	1.190%

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

As escolas profissionalizantes são, nos últimos anos, um investimento claro do governo em uma dimensão forte dessa etapa de ensino. É importante que haja a diversificação das dimensões e abordagens, mas ao mesmo tempo é algo que, também, pode ser questionado à luz do posicionamento ético, quando tal política não é ofertada para todos, mesmo que haja suas razões para não sê-lo.

Quando se vê o programa curricular dessas duas modalidades, educação profissional e regular, da mesma etapa de ensino, claramente se percebe a diferença gritante que os estudantes, ambos cursando o “mesmo” ensino médio, têm em sua formação. A questão se agrava quando, muitas vezes, tanto um como o outro precisam concorrer as mesmas oportunidades. Isso, do ponto de vista ético, é passível de uma reflexão.

Existe ainda outro agravante que também dificulta o foco do “para o que ensinar” no ensino médio. É quando se precisa contemplar também a dimensão, social e humana, que às vezes queremos traduzi-la com o “ensinar para a vida”. Este ponto se difere um pouco dos anteriores quando o ligamos com as relações interpessoais dos nossos alunos e a sociedade em que vive. Sobre esta questão, as DCNs apontam:

Nos dias atuais, a inquietação das “juventudes” que buscam a escola e o trabalho resulta mais evidente do que no passado. O aprendizado dos conhecimentos escolares tem significados diferentes conforme a realidade do estudante. Vários movimentos sinalizam no sentido de que a escola precisa ser repensada para responder aos desafios colocados pelos jovens. (DCNs, 2013, p. 146)

E o currículo? Este, deve contemplar um recorte do que a sociedade viveu e está vivendo de maneira mais forte no momento. Algo que faça sentido para os estudantes, a partir de uma base de conhecimentos produzidos pela própria comunidade científica, mas que também não esteja tão distante da realidade dos alunos. Vale ressaltar que esse currículo está diretamente ligado ao tipo de aluno que queremos formar. Então, não é por acaso que o currículo seja nos dias atuais alvo de críticas, pois

este está sufocado dentro das três realidades que foram mencionadas, anteriormente, sem que se encontre algo mais definido.

Quando se traz essa questão para uma abordagem ética, o problema se agrava consideravelmente. Talvez não se tenha uma dimensão do prejuízo social e formativo dos jovens, quando não se sentem contemplados com uma proposta mais sólida e que faça mais sentido para eles. Definitivamente a proposta curricular nacional que é aplicada nas escolas não atende as necessidades de uma formação integral do aluno, excluindo-o cada vez mais do convívio em sociedade.

Para responder a esses desafios, é preciso, além da reorganização curricular e da formulação de diretrizes filosóficas e sociológicas para essa etapa de ensino, reconhecer as reais condições dos recursos humanos, materiais e financeiros das redes escolares públicas em nosso país, que ainda não atendem na sua totalidade às condições ideais. (DCNs, 2013, p. 146)

Assim, logo se vê que a organização do currículo nas escolas perpassa a questão educacional. Pelo contrário, existe um todo que deve ser levado em consideração pelas pessoas responsáveis por esta organização. Tem-se a oportunidade de transformação de vidas a partir do trabalho que é realizado. Não se trata somente de selecionar quais conteúdos devem ser ensinados ou que assuntos são mais importantes. É preciso agir com um senso de ética muito forte na decisão que está sendo tomada. É totalmente ético e moral questionar-se em que contribuições diretas aquela proposta ou aquele modelo de currículo escolhido vai contribuir na vida dos estudantes.

3. A REALIDADE DA EXCLUSÃO NA PRÁTICA

Olhando para a prática que ocorre bem próximo, no cotidiano das escolas, é possível ver toda a dinâmica de exclusão provocada pela maneira como é imposta a organização atual do currículo do ensino médio nas escolas públicas do Ceará.

Enquanto as propostas curriculares supervalorizarem o ensino propedêutico e a compartimentação do conhecimento, com a preparação quase que absoluta de alunos para as provas do ENEM, vestibulares, concursos, enfatizando a hiperespecialização de cada componente isolado, dificilmente se agregará, nessa formação, os valores éticos necessários para a vida do ser humano.

Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento. (MORIN, 2003, pg. 15)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, pg. 15):

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

O que acontece na maioria das escolas públicas, com o modelo de currículo vigente, é o que se pode chamar de dicotomia do ensino. Há uma dificuldade do professor em ensinar porque os alunos não consegue manter uma perspectiva de aprendizagem. Da mesma forma, também essa dificuldade de aprendizagem dos alunos se dar, muitas vezes, pelas baixas expectativas dos professores em relação aos estudantes. Nisso, há um forte agravante no processo ensino e aprendizagem provocado por ambas as partes desse processo.

Nessa realidade, o professor em sala consegue contemplar um número muito baixo dos alunos de maneira satisfatória. Sem dúvida, isso é uma exclusão com consequências quase que irreparáveis para o futuro desses jovens. Não se omite que durante o processo, muitos dos que não estão neste grupo da minoria podem e vão encontrar meios de se superarem e dar respostas até mais positivas que

os outros, o que não justifica a situação mencionada.

É preciso compreender que isso tem uma dimensão muito maior. Essa situação torna-se desastrosa na vida de muitos jovens. A grande maioria dos estudantes que não conseguem ter um rendimento satisfatório no ensino médio, segundo os resultados das avaliações externas como as do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ceará -SPAECE e Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEB, estes estão com nível de 5º ou 6º ano do ensino fundamental e que, com certeza, terão mais dificuldades de se estabilizarem dentro das oportunidades de vida. Mas é importante dizer que, os estudantes não são, totalmente ou parcialmente, os culpados por isso.

Sem dúvida, do ponto de vista ético, não se pode aceitar que continue sendo fortemente defendida como modelo padrão de organização do currículo, uma proposta que não consegue tratar os diferentes como diferentes. De fato, os alunos não são iguais, não aprendem de forma igual e se relacionam com as formas de conhecimento da maneira mais diferente possível.

4. POSSIBILIDADES DE UM CURRÍCULO MAIS FLEXÍVEL

Fecharmos o campo de escolhas e formação das estruturas curriculares a partir de um conhecimento limitado, supervalorizando uma ou duas inteligências apenas, é o que pode estar travando o processo ensino e aprendizagem atualmente em nossas escolas.

Temos acompanhado na trajetória da educação que, por muitos anos, vem se trabalhando fortemente em uma linha intelectual que dá um espaço muito grande para alguns saberes, que são necessários, mas que ao mesmo tempo não percebem a importância de outras capacidades e conhecimentos que, também, são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano.

Se analisarmos o currículo escolar hoje podemos verificar uma supervalorização das inteligências

voltadas para os conhecimentos de linguística e lógico-matemática, enquanto que as outras inteligências, como a espacial, musical, interpessoal, intrapessoal, naturalista, corporal-cinestésica e existencial (GARDNER, 1995) timidamente têm um espaço no currículo de ensino. Dificilmente conseguem se sobressair como importantes dentro da escola e quando desenvolvidas, são apenas como complemento para as duas citadas anteriormente.

Não se está levando em consideração que os nossos alunos são diferentes e que precisam ser vistos sob esse olhar. Não tem como unificarmos um programa de ensino e querer que os estudantes se adeque a ele.

Sobre essa questão, o texto dos cadernos da TV escola que abordam as múltiplas inteligências na prática escolar defendem que existem alunos que gostam de desenhar e pintar, outros que podem demonstrar interesse em tocar instrumentos, outros ainda que têm uma ligação maior ao esporte, mas também há aqueles que desenvolve cálculos matemáticos sem grandes dificuldades e de forma prazerosa, Ministério da Educação- MEC (1999).

Vejamos alguns escritos do texto, da obra mencionada, que continuam a reflexão do parágrafo anterior.

Refletindo a respeito dessa observação, você verá que as diferenças vão longe! Alguns amam escrever e vivem produzindo pequenos poemas e inventando histórias. E há os líderes, que naturalmente se colocam como modelo para a classe, de modo positivo. Uns poucos podem demonstrar interesse em metas extremamente pessoais: autoconhecimento, um bom controle das emoções. Há aqueles que têm uma boa percepção do ambiente, são bons em localizar coisas, em descrever trajetos, analisar espaços. (MEC, 1999, p.5)

O que não dá para entender é que mais de quinze anos já se passaram desde essa publicação do próprio Ministério da Educação e não se vê muitas

mudanças em relação a esse pensamento. Certo que, de lá para cá, muita coisa já mudou em relação à posição do ensino e a construção do conhecimento, mas ainda hoje predomina de forma exagerada uma única forma de intelectualidade.

As avaliações institucionais externas da educação, como SPAECE e SAEB, consolidam o que acontece na prática escolar. A sua grande maioria é desenvolvida com base nos conhecimentos de língua portuguesa e matemática. Quando muito se abre espaço para outros componentes, mesmo assim trabalham basicamente competências e habilidades das mesmas inteligências.

Sem dúvida essas avaliações externas, e também nas internas, são deixadas de contemplar uma série de outras habilidades que também podem constituir-se como formas de diferentes inteligências, apenas não oportunizadas para possível avaliação. Conforme o texto dos cadernos da TV escola, "Pelos novas concepções, a inteligência faz muitas coisas, além de computar informações: inventa projetos, pensa em valores, dirige a aplicação da energia pessoal, constrói critérios, avalia e realiza tarefas." Ministério da Educação (1999, p.8).

Essa perspectiva nos permite olhar para os alunos de modo mais amplo e descobrir que eles podem ser 'inteligentes' não apenas em línguas e matemática, mas também no modo de movimentar seu corpo seguindo uma música, no modo de produzir uma escultura, ou na maneira de se relacionar com os outros. (MEC, 1999, p.19)

Ao mesmo tempo as contribuições de ter as inteligências múltiplas como base teórica da estrutura dos processos educacionais, seja o programa curricular de ensino, ou outros elementos que fazem a escola, seria adotar uma postura bem diferente no que diz respeito a reconhecer a pluralidade das capacidades e do intelecto dos estudantes.

É preciso reconhecer que os estudantes são diferentes e, que detêm competências e habilidades diversas. Não dar para concentrar as estruturas curriculares em uma única dimensão e acreditar

que pode alcançar a todos os alunos de forma igual. Isso é mais uma vez forçar a uma exclusão, boa parte desses alunos, que não se identificam, em sua expressão maior, com a unilateralidade que lhe é oferecida.

Nesse sentido, é importante discutirmos a necessidade de uma escola com diferentes possibilidades de aprendizagem, de maneiras e formas diferentes de apresentá-las aos estudantes. Garantir que as diferentes inteligências sejam trabalhadas dentro do currículo, contemplando as diversas competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos. E que o ensino faça mais sentido para esses alunos e a aprendizagem se torne mais significativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se concluir que a proposta curricular de uma escola pública tem uma força muito grande sobre o desenvolvimento das atividades a serem abordadas naquele ambiente de estudo. A formação dos alunos está diretamente ligada ao tipo de organização do currículo dentro da unidade escolar.

Pelo que foi discutido ao longo deste artigo, percebe-se a ineficiência que as propostas curriculares atuais apresentam para dar respostas positivas aos interesses e as expectativas dos estudantes a partir da forma como vivem nos dias de hoje. Realmente, os jovens estão à frente dos modelos em vigência.

Isso gera o que ficou bem claro na discussão: uma exclusão da maioria dos estudantes em relação à oportunidade de aprender. Essa situação reflete negativamente na sociedade que vem se construindo. São jovens que não conseguem atingir suas expectativas e satisfazer os seus anseios de vida.

Dentro do ponto de vista ético, essa forma de organizar a currículo dentro das escolas é totalmente discriminatória quando, por si só, não dá conta da nova forma de atendimento às novas formas de juventudes da atualidade.

Algo que também preocupa é a forma como os processos de reconstrução das propostas

curriculares estão sendo encaradas. Não se nega que algumas linhas de estudo que podem ser algo inovador em relação aos modelos existentes já são bastante destacadas, mas pelo tempo que se discute a esse respeito e pelas dificuldades mais que provadas da insustentabilidade dos modelos atuais, ainda temos pouco construído para uma mudança mais efetiva.

Dessa forma, se resiste muito em abrir mão de uma organização que supervaloriza a fragmentação do conhecimento, enquanto deveria pensar-se mais em uma proposta que integre os saberes de tal forma a construir o ser humano como um todo e não de forma compartimentada.

Não há dúvidas de que se precisa, urgentemente, de uma reorganização do currículo dentro das novas perspectivas, abordadas na etapa do ensino médio para que possa atender aos estudantes dessa faixa etária de ensino, de uma maneira mais efetiva, humana, igualitária, justa e ética para todos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Múltiplas Inteligências na Prática Escolar**. Cadernos da TV Escola – Brasília: Secretaria da Educação a Distância, 1999.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15547&Itemid=; Acesso em: 25/04/2014.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)** Parte I - Bases Legais. Brasília: MEC, SEB, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>; Acesso em: 30/04/2014.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. – Porto Alegre: Artmed, 1995.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução